

A planilha foi elaborada com base num Salário Normativo de R\$ 1.230,00, pertinente categoria de Emissor de Passagens, homologado por Convenção Coletiva de trabalho do Sindicato do Turismo e Hospitalidade do Estado do TO (CNPJ nº 37.344.744/0001-33), com vigência de 01/06/2018 a 31/05/2020, no município do PALMAS/TO.

**TIPO DE SERVIÇO**

1	Descrição	Funcionário	Valor estimado para o período de 12 (doze) meses
	Prestação de Serviços de agenciamento de passagens aéreas nacionais e internacionais para atender às demandas da FUNDEPES e dos projetos por esta administrados		0 R\$ 161.609,66

**Dados complementares para composição dos custos referentes à mão de obra**

1	Tipo de serviço	Continuado
2	Salário normativo da categoria profissional	R\$ 1.230,00
3	Categoria Profissional	Emissor
4	Data base da categoria	1º de Junho

1	Módulo 1 – Composição da remuneração		
A	Salário Base	100%	R\$ 1.230,00
B	Adicional de Periculosidade	0%	R\$ -
C	Adicional de Insalubridade	0%	R\$ -
D	Adicional Noturno	0%	R\$ -
E	Hora noturna adicional	0%	R\$ -
F	Adicional de hora extra	0%	R\$ -
G	Intervalo de jornada	0%	R\$ -
H	Outros a especificar: Adicional por tempo de serviço de 5% a cada 3 anos.	0%	R\$ -
	<b>Total da Remuneração</b>		<b>R\$ 1.230,00</b>

2	Módulo 2 – Benefícios mensais e diários		
A	Vale Transporte (ida e volta)	R\$ 5,50	R\$ 60,82
B	Vale Alimentação / Refeição	R\$ 10,00	R\$ 198,00
C	Assistência médica e familiar		R\$ -
D	Auxílio creche		R\$ -
E	Seguro de vida, invalidez e funeral		R\$ -
F	Outros a especificar	R\$ 0,00	R\$ -
	<b>Total de Benefícios mensais e diários</b>		<b>R\$ 258,82</b>

3	Módulo 3 – Insumos diversos		
A	Uniformes (vide detalhamento em anexo)		R\$ 50,00
B	Equipamentos (vide detalhamento em anexo)		R\$ 95,00
C			R\$ -

	Outros a especificar		R\$ -
	<b>Total de Insumos</b>		<b>R\$ 145,00</b>

#### 4 Módulo 4 – Encargos Sociais e trabalhistas

4.1	Encargos previdenciários e FGTS		
A	INSS	0,00%	R\$ -
B	Salário Educação	0,00%	R\$ -
C	FGTS	8,00%	R\$ 98,40
D	Seguro Acidente do Trabalho/SAT/INSS	1,00%	R\$ 12,30
	<b>Total de encargos previdenciários e FGTS</b>	<b>9,00%</b>	<b>R\$ 110,70</b>

4.2	13º Salário e Adicional de férias		
A	13º Salário	8,93%	R\$ 109,84
B	Adicional de férias	2,98%	R\$ 36,65
	Subtotal		<u>R\$ 146,49</u>
C	Incidência do submódulo 4.1 sobre 13º salário e adicional de férias	0,80%	R\$ 9,84
	<b>Total incidência do submódulo 4.1 sobre 13º salário e Adicional de férias</b>		<b>R\$ 156,33</b>

4.3	Afastamento maternidade		
A	Afastamento maternidade	0,01%	R\$ -
B	Incidência do submódulo 4.1 sobre afastamento maternidade	0,00%	R\$ -
	<b>Total incidência do submódulo 4.1 sobre afastamento maternidade</b>		<b>R\$ -</b>

4.4	Provisão para rescisão		
A	Aviso prévio indenizado	0,42%	R\$ 5,17
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,0333%	R\$ 0,41
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	58,00%	R\$ 57,07
D	Aviso prévio trabalhado	0,04%	R\$ 0,49
E	Incidência do submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado	0,0035%	R\$ 0,04
F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado	58,00%	R\$ 57,07
	Total de provisão para rescisão		<b>R\$ 5,36</b>

4.5	Composição do custo de reposição do profissional ausente		
A	Férias	8,93%	R\$ 109,84
B	Ausência por doença	1,66%	R\$ 20,42
C	Licença paternidade	0,01%	R\$ 0,12
D	Ausências legais	0,01%	R\$ 0,12
E	Ausência por acidente de trabalho	0,04%	R\$ 0,49
F	Outros a especificar		R\$ -
	Subtotal		
G	Incidência do submódulo 4.1 sobre o custo de reposição		
	<b>Total de Composição do custo de reposição do</b>		<b>R\$ 131,00</b>

4	Módulo 4 – Encargos sociais e trabalhistas		
4.1	Encargos previdenciários e FGTS		<b>R\$ 110,70</b>
4.2	13º Salário e Adicional de férias		<b>R\$ 156,33</b>
4.3	Afastamento maternidade		<b>R\$ -</b>
4.4	Provisão para rescisão		<b>R\$ 5,36</b>
4.5	Composição do custo de reposição do profissional ausente		<b>R\$ 131,00</b>
	<b>Total Módulo 4 – Encargos sociais e trabalhistas</b>		<b>R\$ 403,39</b>

#### 5 Módulo 5 – Custos Indiretos e Tributos

A	Custos Indiretos	0,00%	R\$ 0,00
B	Tributos		

	PIS = Tributos x Alíquota		0,00%	R\$ 0,00
	COFINS = Tributos x Alíquota		0,00%	R\$ 0,00
	ISS = Tributos x Alíquota		0,00%	R\$ 0,00
	B4. Outros Tributos (a especificar)			
	<b>Total Módulo 5 – Custos Indiretos e Tributos</b>			<b>R\$ 0,00</b>

<b>6</b>	<b>Mão de Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)</b>			
A	Módulo 1 – Composição da remuneração			R\$ 1.230,00
B	Módulo 2 – Benefícios mensais e diários			R\$ 258,82
C	Módulo 3 – Insumos diversos			R\$ 145,00
D	Módulo 4 – Encargos Sociais e trabalhistas			R\$ 403,39
	Subtotal (A + B + C + D)			R\$ 2.037,21
F	Módulo 5 – Custos Indiretos e tributos			R\$ 0,00
	<b>Valor total para um empregado</b>			<b>R\$ 2.037,21</b>
	<b>Custo para o atendimento à FUNDEPES</b>			<b>R\$ 0,00</b>

• Informo que possuímos funcionário ocioso em nossa agencia de viagem, então para o atendimento deste contrato não será necessário a contratação de um funcionário.

<b>Nº de funcionários contratados</b>			<b>0</b>
<b>VALOR ANUAL (PR DO HOMEM-MÊS x Nº FUNCIONARIOS x 12)</b>			<b>R\$ 0,00</b>
<b>Receitas advindas de ganho Promocional/ Incentivos (3,00%)</b>			<b>R\$ 4.848,29</b>
<b>AGENCIAMENTO</b>			<b>R\$ 0,00</b>
		<b>AO MÊS</b>	<b>ANO</b>
<b>7</b>	<b>TOTAL DE GANHOS NO CONTRATO (estimativa)</b>	<b>R\$ 404,02</b>	<b>R\$ 4.848,29</b>
<b>8</b>	<b>Custos operacionais (telefone, internet, materiais de expediente, etc.) – estimativa anual</b>	<b>R\$ 100,00</b>	<b>R\$ 1.200,00</b>
<b>9</b>	<b>Imposto (9,71%)</b>	<b>R\$ 39,23</b>	<b>R\$ 470,77</b>
<b>11</b>	<b>Lucratividade da contratada (estimativa de ganhos menos custos operacionais) – estimativa anual.</b>	<b>R\$ 264,79</b>	<b>R\$ 3.177,52</b>

## **EXEQUEBILIDADE DIANTE A REALIDADE DO MERCADO DE AGÊNCIA DE VIAGENS**

A VOAR TURISMO EIRELI – EPP CNPJ 26.585.506/0001-01, sediada na Quadra 208 Sul, Av. LO 03, Lote 16, Sala 02, Plano Diretor Sul, Palmas/TO, CEP 77.020-542, vem informar que o valor de agenciamento R\$ 0,00 (zero) cumpre o critério de julgamento do Pregão Eletrônico nº 08/2019 em epigrafe, esclarecemos abaixo a realidade do mercado de agência de viagens.

A receita apresentada na planilha acima traz ainda possibilidades de incremento de vendas e lucratividade da agência pelo advento da inclusão do contrato com a FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO DE EXTENSÃO E PESQUISA - FUNDEPES, na sua carteira de clientes. Além das possibilidades reais de ganho promocional com incentivos, aumento de credibilidade no mercado, agregação de valor a marca e aos serviços prestados, a agência se beneficiará com maior poder de negociação diante de seus fornecedores, podendo gerar outros ganhos e melhorando seu atendimento para outros clientes.

Deve-se salientar aqui, que, tais características já são notórias há mais de 15 (quinze) anos, quando se analisava a exequibilidade das propostas comerciais das agências de viagem que ofereciam agenciamento no valor de R\$ 0,00 (que equivale a 100,00% de desconto sobre a comissão).

Fora assim, numa análise de um processo licitatório em sua própria sede administrativa, que o Tribunal de Contas da União, na Decisão nº 0396-45/97 - Plenário, julgara que não havia qualquer inexecutabilidade em propostas das agências de viagens que ofereciam agenciamento de valor R\$ 0,00, em virtude dos ganhos extras que estas alcançavam junto ao próprio mercado, junto a companhia aérea e não por objetivo ligado apenas a um determinado contrato. Com esse entendimento o Tribunal de Contas da União considerou que a licitação ocorrera na forma devidamente cabível à legislação aplicável, sendo totalmente executável.

Por tais fundamentos, a análise do assunto deve ser mais ampla, não devendo ser ligada apenas ao preço proposto, mas sim, no contexto comercial real fruto da livre iniciativa e concorrência entre as empresas de viagem.

Seguindo outra linha, não cabe à administração menosprezar o fundamento do processo licitatório, prevista no artigo 3º da lei nº 8666/93, para desclassificar propostas que são coerentes com as demais e que oferecem os preços atualmente confirmados no mercado.

Segue abaixo as deliberações do TCU sobre o assunto, destacando que o Pregão Eletrônico 068/2015 realizado pelo Tribunal de Contas da União teve como critério taxa de agenciamento e foi contratado com taxa de R\$ 0,00 (zero reais)

Deliberação do TCU

" ( ...) 17.3.29 (...) A representante justifica os preços irrisórios apresentados em face da sua infraestrutura, a qual permitiria a diluição dos custos. Logicamente, dadas as peculiaridades da empresa, é possível a referida diluição. (...) É o que a lei de licitações, quando a vedação de cotação de preços irrisórios ou simbólicos é excepcionada apenas materiais e instalação de propriedade do licitante (...)" Acórdão 1.700/2007/Plenário) ( grifo nosso).

No que se refere a inexecutabilidade, entendo que a compreensão deve ser no sentido de que a busca é pela satisfação do interesse público em condições que, além de vantajosas para a administração, contemplem preços que possam ser suportados pelo contratado sem o comprometimento da regular prestação contratada. Não é objetivo do estado espoliar o particular, tampouco imiscuir-se em decisões de ordem estratégica ou econômica das empresas. Por outro lado, cabe ao próprio interessado a decisão acerca do preço mínimo que ele pode suportar.

( ...)

Nessas circunstâncias, caberá à administração examinar a viabilidade dos preços propostos, tão somente como forma de assegurar a satisfação do interesse público que é o bem tutelado pelo procedimento licitatório. ( Acórdão 141/2008 - Plenário)"

" (...)13. (...) É claro que um particular pode dispor de meios que lhe permitam executar o objeto por preço inferior ao orçado inicialmente. Não obstante, não há como impor limites mínimos de variação em relação ao orçamento adotado aplicáveis a todas as hipóteses. 14. Logo, a apuração da inexecutabilidade dos preços, com exceção da situação prevista no §§1º e 2º do artigo 48 da lei nº 8.666/93, acaba por ser feita caso a caso, diante das peculiaridades de cada procedimento licitatório." ( Acórdão 1.092/2010 - 2ª Câmara)"

Antes o exposto requer que sejam considerados suficientes as presentes explicações da Voar Turismo e proceda a aceitação da proposta .

Palmas/TO, 25 de outubro de 2019



FABIO JOSÉ TAVARES  
DIRETOR  
CPF 033.068.949-58  
RG 4.073.221